



A USP e seu próximo reitor

ROBERTO MACEDO

A Universidade de São Paulo (USP) definirá hoje sua lista triplice de candidatos a reitor e vice-reitor. A escolha final e legítima será do governador Geraldo Alckmin. A universidade pertence aos cidadãos do Estado e o governador é a única pessoa efetivamente eleita de forma democrática em todo o processo de escolha. Internamente, uma universidade não é lugar de democracia, mas de meritocracia.

Na USP, fui aluno, professor, chefe de departamento, diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), membro do Conselho Universitário e da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP). Só não a frequentei tanto como gostaria por causa da tal “imobilidade urbana”. Supeirei-a na semana passada, para participar da banca de um concurso para professores titulares da FEA. Durou três dias, inclusive o de uma consulta oficial à comunidade de professores, alunos e funcionários para saber a preferência de cada grupo quanto aos candidatos. Soube que ex-alunos não votavam. Por que não?

Se consultado, indicaria o professor Hélio Nogueira da Cruz, candidato a reitor pela chapa Diversidade e Excelência, junto com Telma Zorn como vice-reitora. Ele é da FEA, conheço-o mais de perto, foi duas vezes vice-reitor e tem 20 anos de experiência na administração central da USP. No que pude acompanhar dos debates entre candidatos, foi o que mais enfatizou a questão orçamentária, ou dos recursos indispensáveis e sua utilização, inclusive para levar adiante propostas de candidatos. O que não significa que concorde com as minhas, mais à frente neste texto.

O orçamento da USP está seriamente comprometido com despesas de pessoal e outras de custeio. Hoje representam em torno de 115% da receita que vem do ICMS estadual, de longe a fonte mais importante de recursos. Em cima disso há mais 7% de investimentos. Esse equilíbrio é coberto por indispensáveis reservas acumuladas em gestões passadas. Se elas acabarem, a USP terá de pedir socorro ao governo estadual, compro-

metendo sua autonomia.

Além de um aperto de cintos e da busca de fontes alternativas de recursos, minhas ideias sobre o que fazer na USP são muito influenciadas pela minha passagem pela Universidade Harvard, um bom modelo. Sempre surge em primeiro ou nos primeiros lugares das listas de universidades de maior prestígio internacional e, fundada em 1636, tem muita experiência a compartilhar.

Quanto a essas listas, a USP deveria deixar de olhar seu próprio umbigo, como usualmente fazem sucessivos reitores e candidatos, contentando-se com posições lá embaixo na lista das 200 mais importantes, da qual até sumiu na última divulgação. Depois vieram listas de universi-

Situação orçamentária da universidade é muito preocupante, e também tenho minhas propostas

dades de países emergentes e do grupo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), em que a USP aparece no final da lista das dez mais bem avaliadas. Mas é tudo segunda ou terceira divisão, e a USP deveria mirar na primeira, para lá chegar no médio prazo ao menos entre as cem que mais se destacam. E lutar para ainda chegar à lista do Nobel, prova em que o País leva zero.

No ensino, deveria se concentrar na pós-graduação, e esta se integrar à graduação, recrutando mais estagiários e colocando estudantes da pós como assistentes dos professores, explicando detalhes de suas aulas e corrigindo provas. Na graduação, os vários cursos teriam disciplinas comuns num ciclo básico de dois anos, em salas de aulas também comuns, que no câmpus do Butantã poderiam ficar em prédios onde hoje está a raia olímpica. Seu uso por pouquíssimos praticantes contrasta com o valor do terreno que ocupa, um dos mais altos da cidade. Esse câmpus hoje reúne um grupo de faculdades praticamente isoladas que não faz jus ao nome de universidade.

Pesquisas minhas ou a que tive acesso mostram um acentuado distanciamento entre profissões e suas ocupações típicas. E que o graduado com mais oportunidades do mercado de traba-

lho é o “especialista eclético”, com alguma formação específica, mas também preparado capaz de disputar oportunidades de trabalho noutras áreas. Um ciclo básico ajudaria nesse preparo, e a especialização mais forte ficaria para a pós-graduação. E seria intelectual e socialmente saudável a convivência de estudantes de diferentes cursos.

Já que falei do terreno do câmpus, percebe-se também que este passou a ser utilizado como um grande estacionamento de veículos, inclusive por pessoas estranhas à USP, como as que utilizam a estação Cidade Universitária da CPTM. É o caso de cobrar pelo uso do câmpus como estacionamento.

Também se impõem a maior internacionalização e o ensino de várias disciplinas em inglês, o que ampliaria enormemente o acesso à informação e à cultura por estudantes e professores, além de firmar a visão de um mundo globalizado. E que a USP tenha uma grande e atuante associação de ex-alunos, buscando-os por meio de apelos na mídia e nas redes sociais. Contribuiriam com sua experiência e seriam instados a fazer doações.

Não defendo o ensino “gratuito”, que na USP é de fato pago por todos que compram bens e serviços gravados com o ICMS, ou seja, até mendigos. Esse imposto é proporcionalmente maior no orçamento dos mais pobres. Defendo o estudante pago. Só vim a estudar em tempo integral depois que cheguei a essa condição, tanto no Brasil como nos EUA, pois de outra forma teria de trabalhar noutra atividade para me manter. De onde viriam os recursos? De quem pode pagar, e uma forma de afeirar isso seria examinar se o aluno passou pelo ensino pago antes de chegar à universidade.

É preciso abrir a discussão sobre este assunto. Enquanto não se resolve, cabe pelo menos o pagamento voluntário de mensalidades, para constrianger os que têm dinheiro a contribuir para a redução da desigualdade de oportunidades que o ensino “gratuito” por si mesmo não resolve.

* ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD). É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR E PROFESSOR ASSOCIADO À FAAP